

Viação Santa Brígida Ltda.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
nº 245D6-018-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12ª andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Quotistas e Administradores da
Viação Santa Brígida Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Viação Santa Brígida Ltda. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viação Santa Brígida Ltda. em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 03 de maio de 2023, continha parágrafo de ênfase quanto aos impactos relevantes provocados pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) na economia brasileira e mundial, principalmente para a atividade de transporte coletivo, assunto este não mais debatido nestas demonstrações contábeis, em decorrência da retomada do volume de operações.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

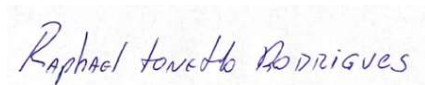
Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de maio de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Raphael Tonetto Rodrigues
Contador CRC 1SP-307.040/O-0

Viação Santa Brígida Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

		2022	
	Notas	2023	(Reclassificado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	454	677
Aplicações financeiras	4	21.211	16.736
Contas a receber	5	30.262	22.835
Estoques	6	6.389	7.357
Impostos a recuperar	7	1.189	2.150
Instrumentos financeiros	14.a	486	3.394
Outras contas a receber	8	10.658	7.823
Total do ativo circulante		70.649	60.972
Ativo não circulante			
Contas a receber	4	95.641	95.641
Depósitos e cauções	9	29.558	25.800
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	12.661	11.138
Imobilizado	11	271.232	278.896
Intangível	-	24	25
Direito de uso	12.1	47.381	47.604
Total do ativo não circulante		456.497	459.104
Total do ativo		527.146	520.076

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	13	10.623	8.032
Empréstimos e financiamentos	14	73.928	69.233
Obrigações trabalhistas e sociais	15	34.839	31.039
Obrigações tributárias	16	2.392	4.681
Outras contas a pagar	17	3.762	6.179
Passivo de arrendamento	12.2	3.591	3.024
Total do passivo circulante		<u>129.135</u>	<u>122.188</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	55.797	109.396
Provisões para contingências	18	27.931	24.918
Outras contas a pagar	17	-	393
Passivo de arrendamento	12.2	53.098	52.418
Total do passivo não circulante		<u>136.826</u>	<u>187.125</u>
Patrimônio líquido	20		
Capital social	-	52.000	52.000
Reserva de capital	-	117	117
Reserva de lucros	-	209.068	158.646
Total do patrimônio líquido		<u>261.185</u>	<u>210.763</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>527.146</u></u>	<u><u>520.076</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida	20	570.329	530.286
Custo dos serviços prestados	21	(433.456)	(431.267)
Lucro bruto		136.873	99.019
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(42.336)	(41.747)
Outras receitas operacionais líquidas	23	7.205	95.930
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(9)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		101.742	153.193
Receita financeira	24	7.825	7.341
Despesa financeira	24	(28.536)	(32.968)
Total		(20.711)	(25.627)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		81.031	127.566
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(27.533)	(19.244)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	1.524	1.460
Lucro líquido do exercício		55.022	109.782
Lucro líquido por quota - em reais		1,06	2,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	55.022	109.782
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>55.022</u></u>	<u><u>109.782</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social (Nota 20.a)	Reservas		Lucros acumulados	Total
		Reserva de capital (Nota 20.b)	Reserva de lucros (Nota 20.d)		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	52.000	117	53.063	-	105.180
Lucro líquido do exercício	-	-	-	109.782	109.782
Distribuição de lucros	20.c	-	(4.199)	-	(4.199)
Transferência para reserva de lucros	-	-	109.782	(109.782)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	52.000	117	158.646	-	210.763
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.022	55.022
Distribuição de lucros	20.c	-	(4.600)	-	(4.600)
Transferência para reserva de lucros	-	-	55.022	(55.022)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>52.000</u>	<u>117</u>	<u>209.068</u>	<u>-</u>	<u>261.185</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	-	55.022	109.782
Ajustes por			
Depreciação e amortização	11	35.977	28.826
Depreciação do direito de uso	12.1	4.741	4.327
Rendimento sobre aplicação financeira	4	(3.577)	(3.149)
Provisão para contingências	18	10.340	12.616
Perdas (reversão) esperadas em crédito de liquidação duvidosa	5	3	30
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	9
Perda em investimento	-	-	20
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(1.523)	(1.460)
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados e não pagos	14	12.050	20.246
Resultado com operação de Swap	14	7.895	4.838
Variação cambial	25	(3.272)	(2.097)
Juros de arrendamento mercantil	12.2	5.489	5.345
Variação monetária líquida	14.a	2.908	-
Valor residual de ativo imobilizado e intangível baixado	11	2.330	480
(Aumento) redução em ativos			
Contas a receber	5	(7.430)	(79.404)
Estoques	6	968	334
Impostos a recuperar	7	961	1.039
Depósitos e cauções	9	(3.758)	(982)
Outras contas a receber	8	(2.835)	(6.393)
Aumento (redução) em passivos			
Fornecedores	13	2.591	(664)
Obrigações trabalhistas e sociais	15	3.800	6.617
Obrigações tributárias	16	(2.289)	2.718
Outras contas a pagar	17	(2.810)	(10.326)
Demandas judiciais pagas	18	(7.327)	(9.896)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		110.254	82.856
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgates (aplicações) financeiras	4	(898)	(1.928)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11	(30.642)	(96.878)
Dividendos recebidos	-	-	215
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(31.540)	(98.591)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	14	60.879	121.361
Amortização de empréstimos - principal e juros	14	(126.456)	(93.266)
Amortização de passivo de arrendamento	12.2	(8.760)	(8.100)
Distribuição de lucros	20.c	(4.600)	(4.199)
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de financiamento		(78.937)	15.796
(Redução) aumento de caixa e equivalentes		(223)	61
No início do exercício	-	677	616
No fim do exercício	-	454	677
(Redução) aumento de caixa e equivalentes		(223)	61

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Viação Santa Brígida Ltda. (“Sociedade”) constituída em 26 de julho de 1966, tem por objetivo a exploração de serviços de transportes coletivos de passageiros, operando no Município de São Paulo conforme contrato de concessão celebrado com a Secretaria Municipal de Transportes, órgão da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo. Sua principal fonte de receita decorre da exploração destes serviços, que é auferida através de remuneração atribuída pela São Paulo Transportes S.A. – SP TRANS.

Em 06 de setembro de 2020, a Sociedade, através do Consórcio Bandeirante de Mobilidade AR1 e E1, obteve do Poder concedente a concessão dos serviços públicos de transporte de passageiros (linhas Municipais). O prazo da concessão é de 15 anos.

Para atender as demandas geradas por este serviço, a Sociedade conta com aproximadamente, 3.499 colaboradores e 665 veículos, alocados em duas Unidades, localizadas no município de São Paulo. A Sociedade faz parte do Grupo Nossa Senhora do Ó.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluído os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A administração da Sociedade aprovou a emissão das demonstrações contábeis em 17 de maio de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Sociedade é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou estimativas, julgamentos e premissas contábeis com relação ao futuro que afetam os valores de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e quaisquer alterações em suas bases são reconhecidas prospectivamente.

Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, as perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5), o imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota Explicativa nº 10), o valor residual do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11), a provisão para contingências (Nota Explicativa nº 18), a provisão para imposto de renda e contribuição social corrente (Nota Explicativa nº 26) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 27).

3. Políticas contábeis materiais

A fim de proporcionar um entendimento de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações relativos aos custos e despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento do atingimento da obrigação de performance. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Ativos e passivos financeiros

i) Visão geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Inicialmente, ativos e passivos financeiros são registrados pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de Resultados Financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(a)** custo amortizado; e **(b)** ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme a seguir:

i) Ativos financeiros – custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente às perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

ii) Ativos financeiros – ao valor justo por meio de resultado

Incluem ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

A Sociedade reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não realizou nenhuma transação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito sobre dados históricos e em modelo prospectivo de perdas esperadas.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias adiante de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivo financeiro – custo amortizado

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros e a atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado financeiro, quando incorridos.

ii) Passivo financeiro – ao valor justo por meio de resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e a atualização monetária decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado financeiro.

d) Contas a receber

São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal e deduzidas das perdas esperadas com base em análise dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. Não há ajuste a valor presente do saldo do contas a receber devido ao curto prazo de realização.

e) Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado e as provisões de estoques obsoletos são constituídas sempre que identificados.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Intangível

O intangível está contabilizado pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os softwares utilizados pela Sociedade são amortizados pela vida útil dos ativos que corresponde ao período de cinco anos.

h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

O saldo do imobilizado e intangível são revistos ao final de cada exercício para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil deve ser reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida imediatamente no resultado do exercício, com possível reversão no futuro, se julgado aplicável.

A Administração analisou a probabilidade de indicação de perda ou redução do valor recuperável do imobilizado e intangível, concluindo que não caberia qualquer ajuste de redução em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

i) Arrendamentos

A Sociedade avalia, na data de início do contrato, se este é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Sociedade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para aqueles de curto prazo e os de ativo de baixo valor. A Sociedade reconhece os passivos e arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Ativos de direito de uso

A Sociedade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir:

- Aluguel Garagem Jaguará – 15 anos; e
- Aluguel Garagem Mangalot - 15 anos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Sociedade ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando-se a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o respectivo prazo. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Sociedade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Sociedade exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Sociedade usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação do contrato, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, alterações em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Sociedade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações (em base pró-rata dia).

k) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 01 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de juros, calculado “*pro-rata dia*” até a data de encerramento das demonstrações contábeis, deduzidos das parcelas amortizadas. As parcelas vincendas em período acima de 12 meses são classificadas no passivo não circulante.

m) Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes referem-se à venda de crédito dos cartões do BEM – Bilhete Eletrônico Municipal e estão registrados no balanço a valor presente.

O cartão BEM é um meio de pagamento que utiliza cartão, o qual armazena créditos eletrônicos para serem utilizados no pagamento das tarifas nos veículos do sistema de transporte coletivo dos municípios de Osasco, Cajamar e Santana de Parnaíba. Esses veículos são equipados com validadores eletrônicos instalados junto às catracas, permitindo o débito da tarifa automaticamente nesse cartão.

Os adiantamentos são realizados para receita à medida que os clientes utilizam o cartão para pagamento do transporte público.

n) Provisão para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Sociedade.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

p) Tributação

Impostos sobre prestação de serviços

As receitas de venda e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição previdenciária sobre a receita bruta – 2%.

As receitas de serviços prestados estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Os tributos diferidos, quando aplicável, são calculados sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, decorrentes das adições e exclusões efetuadas no resultado contábil para fins da determinação do resultado tributário. Essa contabilização está fundamentada na expectativa de realização de lucros tributáveis para o próximo exercício.

q) Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023

A Sociedade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Sociedade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade.

Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade.

Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Sociedade, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Sociedade vem acompanhando os temas da reforma tributária, mas não espera que tenha impactos potenciais.

r) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retro arrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Sociedade.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Sociedade não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Sociedade.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis pela Sociedade.

s) Reclassificação do direito de uso

A Sociedade procedeu com a reclassificação dos montantes relativos ao direito de uso dos contratos de arrendamento, anteriormente apresentados na rubrica de imobilizado e passando a ser apresentado na rubrica de direito de uso, com o objetivo de melhor apresentação dos saldos sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A reclassificação em questão não alterou o patrimônio, resultado do exercício e os demais elementos destas demonstrações contábeis.

			31/12/2022 (Reclassificado)
Ativo não circulante	31/12/2022	Reclassificação	
Imobilizado	326.500	(47.604)	278.896
Direito de uso	-	47.604	47.604

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	451	674
Bancos	3	3
Total de caixa e equivalentes de caixa	454	677
Aplicações financeiras	21.211	16.736
Total de aplicações financeiras	21.211	16.736

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata e taxa média de remuneração em 98,44% em 2023 (97,59% em 2022). Em 2023 houve acréscimo no valor aplicado por conta da redução de investimentos em cotas de consórcios e aumento na receita de prestação de serviços.

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras estão distribuídas conforme adiante, em instituições financeiras de primeira linha.

Aplicação	Vencimento até 01 ano	Valor contábil	Valor justo
CDB	20.767	20.767	20.767
Renda fixa	444	444	444
Total	21.211	21.211	21.211

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas a seguir:

Aplicação / Fundos	2022	Aplicações	Juros	Resgates	2023
CDB	16.425	232.866	3.532	(232.056)	20.767
Renda fixa	311	109.875	45	(109.787)	444
Total	16.736	342.741	3.577	(341.843)	21.211

5. Contas a receber

	2023	2022
São Paulo Transporte S.A.	125.222	117.944
Clientes diversos	922	770
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(241)	(238)
Total	125.903	118.476
Circulante	30.262	22.835
Não circulante	95.641	95.641

Os valores a receber da São Paulo Transporte S.A., referem-se aos serviços de transporte coletivo de passageiros reconhecidos pelo valor individual das bilhetagens incorridas e excepcionalmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade procedeu com o registro e reconhecimento do precatório a receber da São Paulo Transportes, referente ao Processo nº 0433824.94.1998-8-26.0053/10, em virtude do transitado em julgado e inclusão do referido na ordem orçamentária. O montante de R\$ 95.641 reconhecido a título de precatório, conforme Nota Explicativa nº 24 (Outras receitas operacionais líquidas), poderá ser liquidado conforme estabelecido pela legislação municipal e, com base na estimativa da Sociedade, não possui perdas a serem reconhecidas em decorrência de sua liquidação ser prerrogativa legal.

A composição do saldo de contas a receber, com base nos vencimentos, é a seguinte:

	2023	2022
Valores a vencer	125.523	118.171
Entre 01 e 30 dias	29.833	22.478
Entre 31 e 60 dias	2	1
Entre 61 e 90 dias	2	1
Entre 91 e 180 dias	5	4
Entre 181 e 365 dias	40	46
Acima de 01 ano	95.641	95.641
Valores vencidos	380	305
Entre 01 e 30 dias	65	9
Entre 31 e 60 dias	57	18
Entre 61 e 90 dias	2	34
Entre 91 e 180 dias	3	11
Entre 181 e 365 dias	12	5
Acima de 1 ano (e)	241	228
Total	125.903	118.476

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa para os exercícios de 2023 e 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Saldo inicial	(238)	(198)
Constituição	(24)	(50)
Reversão	21	10
Saldo final	(241)	(238)

Por meio de julgamento realizado com base no histórico de realização dos valores em aberto e na expectativa de perdas futuras, a administração da Sociedade entende que não existem perdas adicionais significativas a serem registradas em 31 de dezembro de 2023.

6. Estoques

	2023	2022
Combustíveis	1.625	2.026
Peças, componentes e acessórios	3.374	3.523
Pneus	189	431
Uniformes	18	78
Recondicionados	332	297
Estoque em poder de terceiro	320	353
Outros	531	649
Total	6.389	7.357

7. Impostos a recuperar

	2023	2022
IRPJ (a)	1.088	1.489
CSLL (a)	-	549
IRRF	101	110
INSS	-	2
Total	1.189	2.150

- (a) A Sociedade procedeu com a antecipação do imposto de renda e contribuição social cujos saldos, não compensados na apuração do lucro real até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, serão recuperados no exercício subsequente.

8. Outras contas a receber

	2023	2022
Adiantamento a clientes (a)	6.313	6.721
Adiantamento FOPAG (b)	4.115	841
Outros valores a receber	230	261
Total	10.658	7.823

- (a) Adiantamento para aquisição de cotas de *Consórcio (Banco Santander e Bradesco)* para aquisição de veículos para a frota operacional com taxa média praticada no mercado (Taxa Administração + Fundo de Promoção – 13%).
- (b) Referem-se as antecipações de vale-refeição à Sodexo do Brasil, no qual os saldos são creditados em cartão de benefícios para os funcionários no mês subsequente ao do adiantamento realizado. Em dezembro de 2022, não houve a antecipação da compra, somente sendo realizada em janeiro de 2023.

9. Depósitos e cauções

	2023	2022
Depósitos processos trabalhistas	6.095	4.636
INSS - FAP (a)	23.338	21.039
Outros	125	125
Total	29.558	25.800

- (a) A Sociedade está em discussão judicial junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”) sobre o percentual do Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”), da forma que mantém depositado em juízo os montantes em discussão. Até a emissão das demonstrações contábeis não houve qualquer alteração na discussão judicial.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil além dos prejuízos fiscais apurados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos	2023	2022
Provisão para contingências	27.931	24.918
Outras provisões	9.308	7.841
Total	37.239	32.759
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo (34%)	12.661	11.138

A movimentação do imposto diferido ativo para os exercícios de 2023 e 2022 é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.678
Adições	1.460
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.138
Adições	2.880
Baixa	(1.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.661

11. Imobilizado

	Média de vida útil estimada (em anos)	Bens em operação				Depreciação acumulada				Imobilizado líquido	
		2022		2023		2022		2023		2022	
		Adição (a)	Baixa (b)	Adição	Baixa	Adição	Baixa	2023	(Reclassificado)		
Instalações e benfeitorias	4	1.928	11	-	1.939	(1.740)	(70)	-	(1.810)	129	188
Máquinas e equipamentos	10	3.512	227	-	3.739	(2.695)	(154)	-	(2.849)	890	817
Móveis e utensílios	10	2.303	8	-	2.311	(2.210)	(34)	-	(2.244)	67	93
Ônibus	5 a 10	429.730	62.857	(42.952)	449.635	(190.364)	(34.927)	40.622	(184.669)	264.966	239.366
Vans	-	454	-	-	454	(454)	-	-	(454)	-	-
Veículos de suporte operacional	5 a 10	1.268	77	(119)	1.226	(1.075)	(92)	119	(1.048)	178	193
Equipamentos de informática	5	2.714	22	-	2.736	(2.556)	(60)	-	(2.616)	120	158
Validadores eletrônicos	5	6.202	-	-	6.202	(4.962)	(381)	-	(5.343)	859	1.240
AVL - GPS	-	2.350	-	-	2.350	(2.335)	(7)	-	(2.342)	8	15
Benfeitorias em bens de terceiros	4	6.316	-	-	6.316	(2.050)	(251)	-	(2.301)	4.015	4.266
Adiantamento a fornecedores (c)	N/A	32.560	-	(32.560)	-	-	-	-	-	-	32.560
Total		489.337	63.202	(75.631)	476.908	(210.441)	(35.976)	40.741	(205.676)	271.232	278.896

- (a) Aquisições de ônibus para a renovação da frota operacional em atendimento à Licitação;
- (b) Baixa/venda de ônibus por conta de renovação da frota operacional para atendimento da Licitação, conforme mencionado na letra explicativa (a); e
- (c) Em 2022, houve adiantamento para aquisição de cotas de Consórcio (Banco Santander e Bradesco) para aquisição de veículos para a frota operacional, sendo contempladas no exercício de 2023 e convertidas em adição (ônibus). Essa transação não teve efeito caixa.

	Média de vida útil estimada (em anos)	Bens em operação				Depreciação acumulada				Imobilizado líquido	
		2021	Adição	Baixa	2022	2021	Adição	Baixa	2022	2022	
										(Reclassificado)	2021
Instalações e benfeitorias	4	1.905	23	-	1.928	(1.652)	(88)	-	(1.740)	188	253
Máquinas e equipamentos	10	3.106	406	-	3.512	(2.556)	(139)	-	(2.695)	817	550
Móveis e utensílios	10	2.298	6	(1)	2.303	(2.123)	(88)	1	(2.210)	93	175
Ônibus	5 a 10	390.412	63.882	(24.564)	429.730	(186.927)	(27.686)	24.249	(190.364)	239.366	203.485
Vans	-	454	-	-	454	(454)	-	-	(454)	-	-
Veículos de suporte operacional	5 a 10	1.268	-	-	1.268	(993)	(82)	-	(1.075)	193	275
Equipamentos de informática	5	2.478	1	(209)	2.270	(2.663)	(98)	66	(2.695)	(425)	(185)
Validadores eletrônicos	5	6.912	-	(59)	6.853	(4.407)	(384)	37	(4.754)	2.099	2.505
AVL - GPS	-	2.143	-	-	2.143	(2.636)	(9)	-	(2.645)	(502)	(493)
Benfeitorias em bens de terceiros	4	6.316	-	-	6.316	(1.558)	(251)	-	(1.809)	4.507	4.758
Adiantamento a fornecedores	N/A	-	32.560	-	32.560	-	-	-	-	32.560	-
Total		417.292	96.878	(24.833)	489.337	(205.969)	(28.825)	24.353	(210.441)	278.896	211.323

12. Direito de uso e passivo de arrendamento

12.1. Direito de uso

A Sociedade possui contrato de arrendamento referente a duas garagens, sendo uma na Vila Jaguara/Parque São Domingos e outra no Jardim Mangalot e por serem contratos de mesma natureza, ambos estão sendo apresentados em conjunto.

	2022 (Reclassificado)	Depreciação	Remensuração (a)	2023
Imóveis	47.604	(4.741)	4.518	47.381
Total	47.604	(4.741)	4.518	47.381

(a) Refere-se a reajuste contratual, não havendo efeito caixa.

	2021	Depreciação	Remensuração (a)	2022 (Reclassificado)
Imóveis	47.620	(4.327)	4.311	47.604
Total	47.620	(4.327)	4.311	47.604

12.2. Passivo de arrendamento

A movimentação do arrendamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	53.886
Juros incorridos	5.345
Pagamentos	(8.100)
Reajuste contratual	4.311
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55.442
Juros incorridos	5.489
Pagamentos	(8.760)
Reajuste contratual	4.518
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56.689

O cronograma de pagamento dos arrendamentos e conforme segue:

Fluxo de pagamentos

2024	8.760
A partir de 2025	78.840
Total	87.600
Encargos financeiros futuros	(30.911)
Valor presente dos pagamentos	56.689
Passivo circulante	3.591
Passivo não circulante	53.098
Total	56.689

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA estimada para 2023 de 5,6% representam os seguintes montantes:

Ativos de direito de uso	31/12/2023
Fluxo real	
Direito de uso	47.381
Depreciação	(4.741)

Passivos de arrendamento	31/12/2023
Fluxo real	
Passivo de arrendamento	(56.689)
Despesa financeira	(5.489)

	31/12/2023
Fluxo inflacionado	
Direito de uso	50.034
Depreciação	(5.006)

	31/12/2023
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	(59.864)
Despesa financeira	(5.796)

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – “Arrendamento”, sendo arrendamentos de curto prazo ou arrendamentos de baixo valor, geraram impacto no resultado conforme abaixo:

	2023	2022
Aluguel de imóvel	782	821
Total	782	821

13. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores	10.623	8.032
Total	10.623	8.032

São obrigações a pagar por bens ou serviços, como por exemplo, combustíveis, peças para manutenção e chassis, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios,

14. Empréstimos e financiamentos

	Encargos (% a.a.)	2023	2022
Empréstimos e capital de giro (a)	Taxa Fixa+CDI	35.110	59.521
Finame (b)	TJLP+Taxa Fixa	18.344	27.223
Leasing financeiro (c)	Taxa fixa	26.030	40.207
Consórcio de veículos	Tx.Adm+F.Promoção	50.241	51.678
Total empréstimos e financiamentos		129.725	178.629
Circulante		73.928	69.233
Não circulante		55.797	109.396

(a) Empréstimos e capital de giro

	Taxa a.a.	2023	2022
Banco Bradesco S/A	10,03%	581	8.240
Banco Itaú - Swap (i)	4,7% e 4,02%	36.436	56.396
(-) Encargos Financeiros	-	(1.907)	(5.115)
Total empréstimos e capital de giro		35.110	59.521

- (i) A Sociedade celebrou contratos junto ao Banco Itaú S.A. para operação de troca de resultado financeiro (*Swap* de fluxo de caixa). A Sociedade obriga-se pela diferença entre a parcela de juros e parcela de principal, caso estas sejam superiores as respectivas parcelas de juros e principal do Banco Itaú S.A., nas respectivas datas de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2023, o resultado da marcação a mercado dos contratos de *Swap* não liquidados era de R\$ 7.895 a pagar ao Banco Itaú (R\$ 4.838 em 2022), conforme Nota explicativa nº 24).

Em 2023

Instituição financeira	Vencimento	Valor nominal US\$ mil	Valor justo ativo R\$	Valor justo passivo R\$	Ajuste a receber (pagar) R\$
Itaú Unibanco S.A.	25/04/2024	911	3.971	4.457	486
Total		911	3.971	4.457	486

A variação monetária passiva apurada no exercício de 2023, no montante de R\$ 2.908, foi reconhecida como outras despesas financeiras, conforme Nota Explicativa nº 25 (Resultado financeiro).

Instituição financeira	Vencimento	Valor nominal €\$ mil	Valor justo ativo R\$	Valor justo passivo R\$	Ajuste a receber (pagar) R\$
Itaú Unibanco S.A.	19/08/2026	4.962	30.598	27.019	(3.579)
Total		4.962	30.598	27.019	(3.579)

Em 2022

Instituição financeira	Vencimento	Valor nominal US\$ mil	Valor justo ativo R\$	Valor justo passivo R\$	Ajuste a receber (pagar) R\$
Itaú Unibanco S.A.	25/04/2024	8.203	12.099	14.581	2.482
Total		8.203	12.099	14.581	2.482

Instituição financeira	Vencimento	Valor nominal €\$\$ mil	Valor justo ativo R\$	Valor justo passivo R\$	Ajuste a receber (pagar) R\$
Itaú Unibanco S.A.	19/08/2026	6.767	38.523	39.435	912
Total		6.767	38.523	39.435	912

(b) *Finame*

	Taxas a.a.	2023	2022
Banco Volvo Brasil S/A	10,09%	19.699	30.712
(-) Encargos financeiros	-	(1.355)	(3.489)
Total <i>Finame</i>		18.344	27.223

(c) *Leasing financeiro*

	Taxas a.a.	2023	2022
Banco Safra	9,03%	5.190	8.267
Banco Bradesco	9,85%	17.085	27.196
Banco Santander	9,17%	4.964	8.108
(-) Encargos financeiros	-	(1.209)	(3.364)
Total <i>leasing financeiro</i>		26.030	40.207

Os empréstimos e financiamentos estão representados por linhas de crédito obtidas através do *Finame*, *leasing financeiro* e empréstimos em moeda estrangeira, basicamente obtidos para aquisição de veículos para a frota operacional a taxas usuais de mercado junto aos bancos de primeira linha.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	124.153
Captação	121.361
Pagamento - principal	(61.104)
Pagamento - juros	(32.162)
Variação cambial	(2.097)
Swap - MTM	4.838
Reclassificação para instrumentos financeiros	3.394
Encargos financeiros	20.246
Saldo em 31 de dezembro de 2022	178.629
Captação	60.879
Pagamento - principal	(110.704)
Pagamento - juros	(15.752)
Variação cambial	(3.272)
Swap - MTM	7.895
Encargos financeiros	12.050
Saldo em 31 de dezembro de 2023	129.725

O cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo é como segue:

Ano de vencimento

2025	36.808
A partir de 2026	18.989
Total empréstimos e financiamento passivo não circulante	55.797

15. Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Salários a pagar	6.253	5.752
Pensões alimentícias a pagar	186	201
INSS a recolher	2.594	2.489
FGTS a recolher	1.739	1.657
Provisão de férias e encargos sociais (a)	23.639	20.553
Outros	428	387
Total	34.839	31.039

(a) Acréscimo na provisão de férias e encargos sociais no exercício de 2023 tem como principal impacto o dissídio da categoria.

16. Obrigações tributárias

	2023	2022
PIS a recolher	2	2
COFINS a recolher	14	13
CPRB a recolher	960	989
IRRF a recolher	1.336	1.133
IRPJ a recolher (a)	-	1.667
CSLL a recolher	68	866
Impostos retidos de terceiros a recolher	12	11
Total	2.392	4.681

(a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 (Impostos a recuperar), houve pagamento a maior de IRPJ no exercício de 2023 e o saldo será compensado no exercício subsequente.

17. Outras contas a pagar

	2023	2022
Indenizações (a)	1.150	1.490
Compartilhamento - Censo (b)	638	1.465
Provisões indedutíveis	183	1.039
Recebimentos antecipados	392	392
Outras contas a pagar	1.399	2.186
Total	3.762	6.572
Circulante	3.762	6.179
Não circulante	-	393

(a) Indenizações cíveis e trabalhistas a serem liquidadas no exercício de 2024; e

(b) Compartilhamento de custos e despesas administrativas a serem pagas à Nossa Senhora do Ó S.A. ("CENSO").

18. Provisões para contingências

A administração da Sociedade, baseada na avaliação de seus assessores jurídicos, provisionou os processos classificados como perdas prováveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 conforme segue:

Provisão para contingências	2023	2022
Trabalhistas	25.960	22.834
Cível	1.971	2.084
Total	27.931	24.918

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.198
Pagamentos	(9.896)
Ingressos	13.919
Reversões	(1.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.918
Pagamentos	(7.327)
Ingressos	10.884
Reversões	(544)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.931

Perdas possíveis

A Sociedade tem ações de natureza trabalhistas e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 12.502 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.040 em 31 de dezembro de 2022).

19. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos. A remuneração paga ou a pagar por serviços está representada por honorários que atingiram R\$ 1.150 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.031 em 31 de dezembro de 2022).

Transações com partes relacionadas – compartilhamento de despesas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as transações com partes relacionadas referiram-se ao compartilhamento de despesas administrativas pagas à Nossa Senhora do Ó S.A. (“CENSO”) no montante de R\$ 7.605 (R\$ 7.375 em 31 de dezembro de 2022), conforme Nota Explicativa nº 23.b (Despesas gerais e administrativas).

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social está representado por 52.000 (cinquenta e dois milhões) de quotas subscritas e integralizadas, ao valor unitário de R\$ 1,00 totalizando R\$ 52.000 (cinquenta e dois milhões de reais).

Subscritor	Quotas	Valor	%
Nossa Senhora do Ó Participações S.A.	52.000	52.000	100%
Total	52.000	52.000	100%

b) Reserva de capital

A administração da Sociedade mantém reserva de capital no montante de R\$ 117 em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

c) Distribuição de lucros

O contrato social da Sociedade prevê a distribuição de lucros ao sócio único ou que os lucros sejam reconhecidos em reserva de lucros a destinar. No exercício de 2023, foram distribuídos R\$ 4.600 do lucro da Sociedade (R\$ 4.199 em 2022).

d) Reserva de lucros a destinar

A administração da Sociedade propôs a constituição da reserva de lucros a destinar mediante a destinação integral do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 55.022 (R\$ 109.782 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

21. Receita líquida

	2023	2022
Receita bruta		
Prestação de serviços públicos (a)	581.968	541.108
Total	581.968	541.108
Impostos e contribuições sobre receitas		
Contribuição previdenciária (sobre receita bruta)	(11.639)	(10.822)
Total	(11.639)	(10.822)
Receita líquida	570.329	530.286

- (a) O contrato de concessão de prestação de serviços tem por base os custos da operação e no exercício de 2023 houve um aumento nestes custos, apresentando o maior impacto no preço do diesel, sendo o preço médio de R\$ 5,68 em 2023 (R\$ 4,30 em 2022). O período de reajuste contempla maio de 2021 a abril de 2022 e maio de 2022 até abril de 2023.

22. Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Custo com pessoal (a)	(242.640)	(229.070)
Combustível/lubrificantes (b)	(122.097)	(139.650)
Materiais	(27.058)	(28.000)
Serviços	(1.283)	(1.259)
Legalizações - veículos	(652)	(629)
Aluguéis de bens e imóveis	(1.168)	(136)
Manutenção de bens e instalações	(887)	(798)
Concessionárias	(184)	(93)
Depreciação/amortização (c)	(35.549)	(28.420)
Serviços profissionais	(170)	(29)
Outros custos	(1.768)	(3.183)
Total	(433.456)	(431.267)

- (a) O acréscimo do custo com pessoal no exercício de 2023 tem como principal impacto o dissídio da categoria no grupo de salários, provisões e encargos e horas extras;
- (b) No exercício de 2023, houve redução do km rodado, sendo 44.198.875 km (43.297.346 km em 2022); e
- (c) Aumento na depreciação/amortização devido a aquisição de novos ônibus para atendimento da licitação conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 (Ativo imobilizado).

23. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Despesa com pessoal (a)	(20.420)	(19.512)
Despesas com veículos	(577)	(722)
Aluguéis de bens e imóveis	386	(685)
Manutenção de bens e instalações	(1.845)	(1.969)
Concessionárias	(1.481)	(1.435)
Depreciação/amortização	(5.127)	(4.733)
Serviços profissionais	(2.083)	(3.160)
Compartilhamento de despesas - Censo (b)	(7.605)	(7.375)
Outras despesas	(3.584)	(2.156)
Total	(42.336)	(41.747)

(a) O acréscimo da despesa com pessoal no exercício de 2023 tem como principal impacto o dissídio da categoria no grupo de salários, provisões e encargos; e

(b) Compartilhamento de despesas com partes relacionadas – Centro Compartilhado Nossa Senhora do Ó S.A, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19.

24. Outras receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Outras receitas		
Indenizações e precatórios (a)	831	95.981
Venda de sucata	3.342	1.770
Receita de negociação da folha	940	940
Bonificação	2.346	1
Venda de imobilizado	3.965	775
Outras receitas	515	309
Total das outras receitas	11.939	99.776
Outras despesas		
Indenização de sinistro	(2.108)	(1.231)
Provisão para contingência	(663)	(1.027)
Despesas tributárias	(1.780)	(1.403)
Outras despesas	(183)	(185)
Total das outras despesas	(4.734)	(3.846)
Total outras receitas operacionais líquidas	7.205	95.930

(a) Em 2022, houve o registro e reconhecimento do precatório junto a São Paulo Transportes S.A. no montante de R\$ 95.641, em virtude do transitado em julgado do referente processo nº 0422.824.94-1998-8.26.0053/10. O processo originário transitou em julgado, com sentença indenizatória pelo dano gerado às Concessionárias a partir de descumprimentos contratuais por parte do Município na execução contratual, sendo favorável à Viação Santa Brígida Ltda., não cabendo mais nenhum recurso, bem como já ocorreu execução definitiva da sentença, com indicação e concordância de valores e ordem de pagamento expedida através de precatório (em virtude do valor envolvido e pelo fato do devedor ser Órgão Público). O reconhecimento dos saldos a receber dos precatórios foi efetuado nas contas a receber no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 5).

25. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros e dividendos	279	408
Juros sobre aplicações financeiras	3.577	3.149
Descontos obtidos	42	56
Resultado com liquidação de <i>swap</i>	655	1.631
Variação cambial	3.272	2.097
Total das receitas financeiras	7.825	7.341
Despesas financeiras		
Juros passivos sobre empréstimos e financiamentos (a)	(12.050)	(20.246)
Resultado sobre operação de <i>swap</i> (b)	(7.895)	(4.838)
Juros sobre arrendamento	(5.489)	(5.345)
Descontos concedidos	(6)	(11)
Despesas bancárias	(30)	(71)
Outras despesas financeiras	(3.066)	(2.457)
Total das despesas financeiras	(28.536)	(32.968)
Resultado financeiro líquido	(20.711)	(25.627)

- (a) Redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos no exercício de 2023 devido ao encerramento de contratos de empréstimos de Leasing, FINAME, Capital de Giro e redução nas cotas de Consórcio; e
- (b) Reflexo da Marcação a mercado do contrato *Swap* – operação 4131 – Banco Itaú, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14.a (Empréstimos e financiamentos).

26. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	81.031	127.566
Adições (exclusões)	4.978	(62.702)
Lucro tributável	86.009	64.864
Imposto de renda	(12.901)	(9.730)
Adicional de 10%	(6.891)	(3.676)
Contribuição social	(7.741)	(5.838)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(27.533)	(19.244)

27. Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira, não apresentam variações.

	Notas	2023		2022	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	4	21.211	21.211	16.736	16.736
Total		21.211	21.211	16.736	16.736

	Notas	2023		2022	
		Saldo Contábil	Valor justo	Saldo Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (circulantes e não circulantes)					
Caixa e equivalentes de caixa	4	454	454	677	677
Contas a receber de clientes	5	125.903	125.903	118.476	118.476
Outras contas a receber	8	10.658	10.658	7.823	7.823
Total		137.015	137.015	126.976	126.976

	Notas	2023		2022	
		Saldo Contábil	Valor justo	Saldo Contábil	Valor Justo
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	12	10.623	10.623	8.032	8.032
Empréstimos e financiamentos	13	129.725	129.725	178.629	178.629
Outras contas a pagar	17	3.762	3.762	6.572	6.572
Total		144.110	144.110	193.233	193.233

Hierarquia de valores justos

As aplicações financeiras foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e estão classificadas como Nível 1 (preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos).

Os saldos contábeis das contas a receber de clientes, menos as perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, outras contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar estão mensurados próximos aos seus valores justos.

Visão geral

O principal risco que a Sociedade apresenta exposição no curso de suas operações e uso de instrumentos financeiros é o risco de crédito.

Risco de crédito

O risco de crédito da Sociedade está relacionado aos seus clientes e é avaliado como baixo em face da particularidade da operação (transporte de passageiro). As demonstrações contábeis, quando aplicável, contemplam provisão para fazer face a eventuais perdas na recuperação de recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição máxima de crédito está a seguir apresentada:

	Notas	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	4	454	677
Aplicações financeiras	4	21.211	16.736
Contas a receber	5	125.903	118.476
Outras contas a receber	8	10.658	7.823
Total		158.226	143.712

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Sociedade apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros.

Os empréstimos e financiamentos se trata de contratos pós-fixados, cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da contratação e atreladas a variação do CDI. Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDI e outras combinações de mercado, bolsas e dólar.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Sociedade. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Sociedade em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Sociedade, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para as empréstimos e financiamentos, utilizando fundamentalmente os dados.

O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Sociedade na gestão financeira.

Instrumento financeiro	Indexador	R\$ -		% - Cenário		R\$ - Exposição
		Taxa de juros a.a. %	Posição em 31/12/2023	% - Em 31/12/2023	razoavelmente possível	
Aplicações financeiras	CDI	98,44%	21.211	99,98%	99,98%	327
Empréstimo linha de investimentos	Selic	8,91%	18.344	0,78%	9,00%	17
Empréstimo linha de investimento	FIXA	9,22%	26.030	0,75%	9,22%	-
Capital de Giro	CDI	14,12%	581	1,09%	9,00%	(30)
Consórcio	IPCA	13%	50.241	13%	13%	-
Swap	DI+	13,75%	34.529	11,13%	10,25%	(1.209)
Exposição			150.936			(895)

28. Cobertura de seguros

A Sociedade não possui cobertura de seguros, em virtude de não considerar aplicável em sua atividade operacional, para cobrir eventuais perdas no seu ativo imobilizado.

29. Transações que não afetam caixa

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

	Notas	2023	2022
Transações de investimento			
Adição de imobilizado (baixa de adiantamento a fornecedores)	11	32.560	-
Reajuste de contrato de arrendamento	12.1	4.518	4.311

	Notas	2023	2022
Transações de financiamento			
Reajuste de passivo de arrendamento	12.2	4.518	4.311

* * *

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35200772952	CNPJ 61.274.809/0001-04	
NOME EMPRESARIAL VIACAO SANTA BRIGIDA LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO G - Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 127
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 15.0E.C8.9F.77.8B.CB.5E.F3.58.FF.F7.23.BB.EB.39.7B.51.9B.EF	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	16913972881	GISLAINE RODRIGUES BORGES:16913972881	1849783406072742729	04/02/2022 a 04/02/2025	Não
Administrador	99399571815	JULIO LUIZ MARQUES:99399571815	1588273123176156154	08/09/2023 a 08/09/2026	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

15.0E.C8.9F.77.8B.CB.5E.F3.58.FF.F7.
23.BB.EB.39.7B.51.9B.EF-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 21/06/2024 às 17:59:52

33.9B.2D.C7.65.3C.1F.D1
A3.4C.39.55.75.2E.8A.B8

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.